PREFEITURA SAQUAREMA

ATA DA 21ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE – CONCID

A Reunião do Conselho Municipal da Cidade – **CONCID** foi realizada no Plenário da Câmara de Vereadores da Prefeitura Municipal de Saquarema no dia 11/07/2024 com início previsto para às 14:30 horas.

Os participantes representantes das instituições Conselheiras foram os abaixo relacionados:

Da Sociedade Civil Organizada:

Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos

- Ricardo Sanchez Correia – Membro Titular

Associação Empresarial e Turística de Saquarema

- Rodrigo Noronha de Carvalho – Membro Titular

Associação Raízes

- Vania Lucia de Araújo Monte Silva – Membro Titular

Associação de Construtores, Engenheiros e Arquitetos de Saquarema

- Gustavo Monteiro Coutinho – Membro Titular

Do Poder Público Municipal:

Secretaria Municipal de Obras Públicas

- Priscilla Barroso Poubel – Membro Titular

Procuradoria Geral do Município

- Marcella de Souza Carneiro Kunsch – Membro Titular

Secretaria Municipal de Urbanismo

- Felipe de Oliveira Araújo – Membro Titular e Presidente do Conselho Municipal da Cidade – CONCID

- Rafael dos Santos Trindade – Membro Suplente e Vice-Presidente do Conselho Municipal da Cidade – CONCID

- Danilo Goretti Villa Verde – Subsecretário de Urbanismo - Convidado

A sessão foi iniciada pelo Presidente do CONCID, **Felipe Araújo** às 14:50h informando que essa é a vigésima primeira reunião do Conselho que, no mês de julho completou seus dois anos de existência.

O presidente parabeniza o CONCID e relembra alguns dos feitos já realizados e analisados pelo Conselho, dentre eles, a Lei de Zoneamento, Usos e Ocupações do Solo, o Código de Obras do Município e a recém realizada Conferência da Cidade.

Felipe agradece a todos pelo empenho e dedicação, principalmente à Sociedade Civil Organizada, e dá prosseguimento a reunião com a leitura do Edital de Convocação, sendo a ordem de apresentação estabelecida para o dia:

1- Apresentação do Relatório Final da Conferência Municipal da Cidade;
2- Apresentação do Plano de Mobilização e Participação Social do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB
3- Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS;
4- Assuntos Gerais.

Iniciando os assuntos com o Relatório Final da Conferência Municipal da Cidade **Felipe** pontua que o texto do relatório já foi disponibilizado de forma integral aos Conselheiros e passa a palavra ao Vice-Presidente **Rafael Trindade** que conduzirá a apresentação.

Rafael agradece e inicia a apresentação relembrando a expectativa criada por todos no início dos preparativos para a Conferência.

Ele explica que o relatório já havia sido encaminhado para a plataforma virtual e que esta possui um modelo de preenchimento próprio. Contudo, além do cumprimento do preenchimento online, o Relatório Final foi publicado através de extrato que encerra, portanto, o processo administrativo da Conferência.

Felipe pontua que a Conferência Municipal de Saquarema foi uma das mais organizadas do interior do estado do Rio de Janeiro. Com uma metodologia dinâmica, baseada na integração tecnológica a Conferência de Saquarema foi apreciada por muitos, ao ponto de outras instituições, como o Instituto Pereira Passos, solicitarem a adesão de sua metodologia.

Rafael explica que o próximo objetivo é o de que a metodologia adotada na Conferência Municipal da Cidade de Saquarema seja documentada, registrada e publicada como um procedimento interno vinculado ao CONCID, seu organizador, para que tal divulgação ocorra de forma oficial.

Passando a apresentação do Relatório Final, **Rafael** inicia explicando os primeiros passos de organização da Conferência, sendo eles a convocação, a composição da comissão organizadora e a criação do regimento interno, todos devidamente publicados através de portarias pelo CONCID. Dentre os passos seguintes constantes no relatório encontram-se a definição dos dias, local, horário de duração e programação do evento, bem como a elaboração e a divulgação de seu convite.

Findada a apresentação da etapa preparatória da Conferência, **Rafael** pontua que o Relatório prossegue abordando a realização, que contou com a participação de, ao todo, 122 (cento e vinte e duas) pessoas com seus respectivos segmentos.

Rafael explica que, após contextualizar os acontecimentos da Conferência o Relatório passa a abordar os resultados das dinâmicas e debates, tendo sido orientados pelo Governo do Estado o quantitativo total de até quatro propostas a serem encaminhadas à Conferência Estadual pela cidade de Saquarema.

Tal quantitativo foi distribuído nos três eixos trabalhados na Conferência, resultando em uma proposta temática para cada eixo e uma proposta transversal.

Outro resultado presente no Relatório e apresentado por **Rafael** foi a eleição dos Delegados que representarão o Município na Conferência Estadual, tendo sido respeitados os quantitativos estabelecidos inicialmente pelo Governo do Estado.

O texto do Relatório foi finalizado com a comprovação dos acontecimentos acima citados, através de fotos, atas de reunião da Comissão Organizadora, cópia da programação, dentre outros.

Rafael finaliza a sua fala com a apresentação da pesquisa de satisfação a ser respondida pelos participantes da Conferência.

Felipe agradece e pontua novamente a importância das conferências a nível municipal, estadual e federal.

Passando a próxima pauta **Felipe** explica que, por questões de horário, irá passar a palavra ao **Danilo Goretti** que abordará o Plano de Mobilização e Participação Social do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Danilo explica que o intuito para a pauta era o de apresentar aos conselheiros e ouvintes presentes o Plano de Mobilização e Participação Social do Plano Municipal de Saneamento Básico, contudo, durante as discussões internas da Comissão de Trabalho, viu-se que o COLAB será uma ferramenta de extrema importância para a divulgação, levantamento de dados e participação da população no debate ao tema, porém, foi constatado que o jurídico do aplicativo

COLAB instruiu que não será permitida a realização de diversas ações e questionamentos durante o atual período do Defeso Eleitoral, o que por precaução deveria ser levado a contento para as demais ações dentro do Plano de Mobilização.

Felipe esclarece que o período de Defeso Eleitoral ao qual Danilo se refere durará do dia 06/07/2024 à 06/10/2024, quando terminarão as eleições municipais.

Danilo explica que, por essa razão, não será possível manter o cronograma inicial e que este será revisto e a apresentado de modo que as políticas de mobilização fossem consideradas para após as eleições.

Felipe ressalta a dificuldade do Poder Público em dar continuidade aos trabalhos durante o período eleitoral e prossegue a reunião abordando a temática do Plano Local de Habitação de Interesse Social, que também precisará aguardar o término do período eleitoral para dar continuidade ao processo participativo.

Ele pontua que a apresentação sobre o PLHIS é de caráter informativo e visa transmitir ao CONCID o trabalho realizado no Plano de Habitação até o momento e que, tal temática, será apresentada pelo Vice-Presidente Rafael Trindade.

Rafael informa que a apresentação mostrará o trabalho realizado no PLHIS como um todo e que, por isso, haverá informações já vistas por alguns membros, sendo necessária a compreensão de todos.

Rafael inicia a apresentação abordando a fundamentação do Plano Local de Habitação de Interesse Social baseada no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável e explicando as etapas e as formas que estas serão abordadas dentro do Plano, sendo a primeira etapa a de proposta metodológica.

Nessa primeira etapa ele pontua os objetivos a serem alcançados, os atores a serem mobilizados e o fluxograma participativo que está sendo seguido durante o processo de revisão do Plano.

Ricardo aponta que uma das etapas do fluxograma participativo seria a audiência pública e questiona se será possível realizá-la.

Rafael afirma que será necessário aguardar o término do período eleitoral e que, este período de espera será utilizado para a conclusão da etapa 3.

Rafael retoma a apresentação abordando e citando as articulações que o PLHIS deverá fazer com os demais Planos Federais, Estaduais e Municipais, além de apontar as etapas a serem seguidas pelo Plano após a finalização da minuta/texto base.

Passando para a segunda etapa, denominada Diagnóstico Habitacional, **Rafael** inicia realizando uma contextualização geral ao que tal etapa se refere e explicando a importância das Áreas de Especial Interesse Social - AEIS.

Felipe acrescenta que as Áreas de Especial Interesse Social demarcadas no Plano Diretor vieram do material que se tinha até aquele momento, contudo, a política de censo demográfico existente encontrava-se defasada, uma vez que os últimos dados obtidos eram os de 2010. Sendo assim, foi necessário ao PLHIS se aprofundar, revisitar os dados existentes e readequar as AEIS demarcadas no Plano Diretor, revendo sua geometria, ampliando e criando novas Áreas.

Gustavo questiona se nas Áreas de Especial Interesse Social é onde há o maior número de déficit habitacional.

Felipe explica que o déficit não é calculado somente sob aquelas pessoas que não possuem moradia, mas sim sob as necessidades habitacionais existentes no Município como um todo, considerando a qualidade das moradias, as famílias que possuem um gasto elevado com aluguel, as famílias que dividem uma mesma moradia, dentre outros.

De modo que o déficit não precisa, necessariamente, estar vinculado a uma Área de Especial Interesse Social, apesar de, geralmente, existir uma grande necessidade habitacional nessas áreas.

Rafael retoma a apresentação pontuando as fontes utilizadas no levantamento dos dados habitacionais e os mapas de diagnóstico gerados a partir deles, dentre os mapas estão o mapa de ocupações em área ambiental, as áreas suscetíveis a risco de inundação, a movimento de massa, dentre outros. Ele segue pontuando a importância da realização da pesquisa em campo e os gráficos gerais com os seus resultados.

Rafael explica que, com base nos dados técnicos levantados e nas visitas em campo realizadas, foram constatadas as precariedades existentes em cada AEIS e que, através destas constatações foi possível caracterizar e qualificar a gravidade, a urgência e a tendência (Matriz GUT) que cada precariedade apresentava dentro de cada assentamento. Tal análise contribuiu para que fosse possível compreender não só o grau crítico que cada problemática apresentava em cada assentamento, mas também o grau critico que cada assentamento apresentava como um todo.

Felipe explica que essa metodologia foi uma forma matemática de se identificar e representar problemas humanos que, mesmo não tendo uma mensuração exata, auxiliam na tomada de decisão e na definição de parâmetros que justificam políticas públicas.

Gustavo pergunta se pode, ao final do Plano, chegar-se à conclusão de que se faz necessário a criação de um conjunto habitacional.

Felipe diz que sim e que provavelmente acontecerá, mas é necessário que sejam realizados estudos para que esses empreendimentos sejam alocados nos locais certos, inserindo-os no ambiente urbano de forma ordenada e controlada para que estas famílias contempladas não virem alvo do poder paralelo.

Gustavo afirma que alocar as novas unidades em pequenas quantidades ao longo do tecido urbano, inserindo os empreendimentos na cidade como um todo ao invés de em um único lugar poderá ser uma solução.

Felipe afirma que o intuito é justamente esse.

Ainda nesta temática, **Felipe** aborda a construção do Bairro Novo.

Priscilla explica que havia a proposta de se criar um bairro novo destinado a produção habitacional prioritariamente para as famílias residentes em áreas de risco. O bairro seria construído no distrito de Sampaio Correa e contaria com mais de cem unidades habitacionais. No entanto, pensando na segurança e no bem-estar das famílias a serem contempladas, tendo em vista a criação do PLHIS, optou-se por aguardar a confecção do Plano Local para consolidar a necessidade habitacional existente e substituir o bairro a ser criado por unidades menores, em lotes menores, nos locais necessários.

Ricardo relembra a fala da ONU Habitat durante a apresentação do Eixo 1 na Conferência Municipal da Cidade de Saquarema e ressalta a importância de as novas unidades habitacionais estarem inseridas em locais com acesso à transporte, educação, saúde e demais serviços públicos.

Gustavo pergunta se o Poder Público aderiu a ATA para realização das obras no Programa Melhoria Habitacional.

Priscilla informa que a Prefeitura de Maricá não autorizou a adesão à ATA, mas que já foi dado início a um novo processo licitatório para o programa de melhoria habitacional, porém, com a mudança na Lei de Licitações e Contratos será necessário apresentar novas documentações além de todo o levantamento e estudo preliminar já realizado.

Felipe explica como funciona o processo de licitação e de estimativa de valores para a criação e adesão de uma ATA, afirmando que o Município de Saquarema irá criar sua própria ATA, tendo em vista a necessidade existente.

Gustavo pergunta se o Programa de Melhoria Habitacional fará parte das soluções propostas pelo PLHIS.

Felipe afirma que sim e explica que existem várias formas de se conter o déficit habitacional, dentre eles a melhoria urbanística, habitacional, a promoção de moradias, a assistência técnica, entre outros.

Priscilla cita a mobilidade urbana como um dos elementos que auxiliarão os programas propostos pelo Plano de Habitação e pergunta se o Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob) já havia sido encaminhado à Câmara Municipal.

Felipe explica que após a aprovação do PlanMob pelo CONCID o texto base foi encaminhado ao Poder Executivo, no entanto, nem todo plano precisaria se tornar Lei.

Priscilla diz que ficou em dúvida devido a uma das etapas finais do PLHIS ser o encaminhamento da minuta à Câmara Municipal.

Rafael explica que essa necessidade se dá ao fato de o PLHIS alterar e remodelar as Áreas de Especial Interesse Social do município. Áreas essas que haviam sido definidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, Lei n°71 de 2021.

Dando continuidade, **Rafael** retoma a apresentação do Plano Local de Habitação de Interesse social abordando o déficit habitacional quantitativo. Ele explica as modalidades avaliadas, a necessidade habitacional existente em cada uma delas. Dentre tais modalidades estão os domicílios improvisados, a coabitação familiar, os domicílios com mais de 3 moradores por dormitório e o ônus excessivo com aluguel.

Passando ao déficit habitacional qualitativo, **Rafael** pontua alguns das problemáticas abordadas na análise, dentre elas a ausência de energia elétrica, de saneamento básico, de banheiro ou sanitários disponíveis, além de demonstrar a projeção demográfica que o déficit habitacional total pode alcançar até o ano de 2034.

Passando para a terceira etapa do PLHIS, a etapa de Programas e Ações, **Rafael** inicia abordando os objetivos e diretrizes a serem respeitados trabalhando, em especial, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Dando prosseguimento ele explica as Linhas de Ações trabalhadas pelo Plano Local e as quatro Linhas Programáticas que serão abordadas, sendo elas as: a Linha de Integração Urbana de Assentamentos Precários, a Linha Promoção de Novas Unidades Habitacionais Urbanas, a Linha de Desenvolvimento Institucional e a Linha Normativa.

Abordando as metas, os recursos e as fontes de financiamento, **Rafael** contextualiza e cita as formas de obtenção de recursos propostas pelo PLHIS,

além de pontuar como serão definidas as ações prioritárias, sequenciais e de rotina a serem realizadas nos assentamentos.

Em seguida **Rafael** detalha os programas abordados em cada uma das Linhas Programáticas citadas acima. Sendo:

- **Linha Programática 1** (Integração Urbana de Assentamentos Precários): voltada para a Regularização Fundiária, estando pautada na Lei Federal nº 13.465/2017 – REURB.
- **Linha Programática 2** (Promoção de Novas Unidades Habitacionais Urbanas): voltada para a ofertas de novas unidades habitacionais e para a redução do déficit habitacional existente. Nela, estão pautados o Programa Melhoria Habitacional (Lei n° 2419 de junho de 2023 - em andamento) e o Programa Habita Saquá. Sendo esse último atuante na linha de construção de novas unidades habitacionais, na linha de inovação tecnológica e sustentabilidade, na linha de crédito subsidiada, na linha de trabalho técnico-social, na linha de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS (Lei Federal n° 11888 / 2008), na linha de Requalificação de imóveis em moradia nos centros urbanos e na linha de Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais.
- **Linha Programática 3** (Desenvolvimento Institucional): voltada para a promoção de ações estratégicas permitindo aos componentes do sistema habitacional exercer suas atribuições com autonomia técnica, administrativa e de gestão na formulação, implementação, monitoramento, avaliação e revisão da política, planos, programas e projetos habitacionais.
- **Linha Programática 4** (Normativa): voltada para consolidação da política habitacional, no momento em que, mecanismos legais estariam facilitando a construção de um espaço urbano mais igualitário.

Os Instrumentos de Monitoramento, Avaliação e Revisão, por sua vez, possuem o intuito de medir o desempenho dos programas e ações indicadas no item Metas, Recursos e Fontes de Financiamento, principalmente os programas e subprogramas habitacionais.

Finalizando a apresentação, **Rafael** aborda o Plano de Ação pautado no método 5W2H como mecanismo de organização das resoluções propostas nas ações prioritárias, sequenciais e de rotina a serem realizadas nos assentamentos, estando entre os tipos de intervenção qualitativa as urbanizações simples e as urbanizações complexas e, estando entre os tipos de intervenção quantitativa os remanejamentos, os reassentamentos, dentre outros.

Ele também afirma que na aplicação do método também será detalhado o custo estimado para cada etapa e ação a ser realizada e que tais definições ainda estão em andamento.

Priscilla pergunta se dentro do quantitativo das intervenções qualitativas já se encontram inseridas as melhorias habitacionais.

Rafael afirma que sim.

Felipe acrescenta que esta é uma forma, mesmo que inicial, de garantir a captação de recursos para dar continuidade ao programa.

Priscilla pontua que o Programa Melhoria Habitacional foi inicialmente criado pela Secretaria de Desenvolvimento Social para resolver um problema pertinente, porém, a equipe da Secretaria Municipal de Obras Públicas tem encontrando dificuldades na montagem e organização dos processos de execução em virtude do modo como a Legislação do Programa de Melhoria Habitacional foi criada. De forma que, revisar tal legislação ao incorporá-la ao Plano Local de Habitação e Interesse Social será, de fato, necessário para alcançar a população que realmente precisa.

Felipe pontua que, em muitos casos, um projeto vira Lei através de um olhar jurídico, porém, neste caso, se faz necessário um olhar técnico e social. Ele acrescenta que, atualmente, se faz necessário ao Poder Público criar uma estrutura própria voltada exclusivamente para os temas habitacionais.

Gustavo pergunta se seria uma nova Secretaria.

Felipe explica que não necessariamente, que poderia ser apenas um setor dentro da Secretaria de Urbanismo ou em uma outra secretaria existente, mas com foco exclusivamente em habitação de interesse social.

Rosa Maria (ouvinte) pergunta se o município aderiu ao programa federal do Minha Casa, Minha Vida.

Felipe explica que este é um programa de múltiplas camadas e que poderá ser aderido futuramente, contudo, não seria adequado fazê-lo antes de ser finalizado o PLHIS.

Rosa Maria (ouvinte) pergunta se o PLHIS é um Plano Municipal independente do governo que está a frente da gestão pública e se ele teria um prazo para ser executado

Felipe explica que o Plano Local de Habitação de Interesse Social é independente e que o intuito é de que, ao virar Lei, essa força se intensifique. Uma vez que os programas e ações propostas no PLHIS terão sim um prazo de

execução, devendo este ser respeitado por quem quer que esteja à frente da gestão pública no município.

Ele pontua também que este não é o único mecanismo de promoção de habitação ou de redução do déficit habitacional e cita a requalificação de imóveis vagos como outra opção dentre as várias existentes.

Não havendo mais considerações, **Felipe abre para assuntos gerais**.

Priscilla informa que, devido aos questionamentos feitos nas últimas reuniões, foi preparada pela Secretaria de Obras Públicas uma apresentação para compartilhar com os Conselheiros, em caráter informativo, os trabalhos que estão em andamento no município de Saquarema.

Ela sugere que, em virtude do horário avançado, tal apresentação seja abordada na próxima reunião.

Todos concordam.

Findados os assuntos, **Felipe** encerra a reunião às 17h20.

EM BRANCO

Assinaturas da 21ª Ata do CONCID

Da Sociedade Civil Organizada:

Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos

- Ricardo Sanchez Correia _____

Associação Empresarial e Turística de Saquarema

- Rodrigo Noronha de Carvalho Rodrigo Noronha de Carvalho

Associação Raízes

- Vania Lucia de Araújo Monte Silva Vânia L. A. Monte

Associação de Construtores, Engenheiros e Arquitetos de Saquarema

- Gustavo Monteiro Coutinho _____

Do Poder Público Municipal:

Secretaria Municipal de Obras Públicas

- Priscilla Barroso Poubel _____

Procuradoria Geral do Município

- Marcella de Souza Carneiro Kunsch _____

Secretaria Municipal de Urbanismo

- Felipe de Oliveira Araújo _____

- Rafael dos Santos Trindade _____

- Danilo Goretti Villa Verde Danilo Goretti Villa Verde